











UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO CEAD – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMILLA CRISTHINA FERREIRA CARRARO

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ E PÓS PANDEMIA

OURO PRETO

Julho de 2022













Camilla Cristhina Ferreira Carraro

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ E PÓS PANDEMIA

Trabalho apresentado ao centro de educação aberta e a distância CEAD – UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, como requisito parcial para formação no curso de licenciatura em pedagogia.

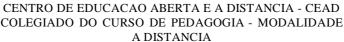
Orientadora. Profa. Sandra Augusta de Melo

OURO PRETO

2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO REITORIA FRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA - C





FOLHA DE APROVAÇÃO

Camilla Cristhina Ferreira Carraro

Importância da Educação Infantil: pré e pós pandemia

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do titulo de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 15 de julho de 2022

Membros da banca

Professora-Doutora Sandra Augusta de Melo - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto Professor-Doutor Hércules Corrêa Toledo - Universidade Federal de Ouro Preto Professor-Mestre André Felipe Pinto Duarte - Universidade Federal de Ouro Preto

Sandra Augusta de Melo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva**, **COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, em 04/07/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador externo.php?

acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador **0552470** e o código CRC **AED48636**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008719/2023-81

SEI nº 0552470

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	.5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	.7
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

Resumo: Este trabalho trata a respeito da Educação Infantil e sua importância na vida a criança. Antes e depois da pandemia. Através de referencial teórico sobre o tema demonstrando a importância do assunto, desde seu surgimento até os dias atuais. Assim a educação infantil tem um papel relevante na vida da criança pois permite seu desenvolvimento emocional e social. Diante da nova realidade vivida pela pandemia da COVID-19 esses desenvolvimentos foram impossibilitados gerando transtornos e consequências no presente e no futuro das mesmas. Por ficarem impedidas de frequentarem o ambiente escolar. O presente texto possui objetivo de analisar a importância da educação infantil e os desafios enfrentados perante a pandemia. Assim conforme discutido neste trabalho, a educação infantil, é importante para a socialização e desenvolvimento das crianças. É um aspecto que deve ser considerado para o período pós pandemia, necessidade do estabelecimento de um plano educacional que considere tais perdas no período pós pandêmico.

Palavras-chaves: Educação infantil, infância, pandemia.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

A escolha do tema relacionado a Educação Infantil foi pensada por este ser o primeiro público e área de atuação da autora no universo escolar, tendo, desde primeiro momento, despertado interesse como campo de trabalho futuro. Este interesse teve ainda maior estímulo quando, no contexto da pandemia pela COVID-19, pude observar as dificuldades enfrentadas pelas crianças pequenas, seus familiares e responsáveis e pela própria escola para criar novas formas de relacionamento e de ensino em função das condições impostas pelo distanciamento social.

As adaptações, os desafios e o estabelecimento de regras de convívio social atingiram a todos. Mas as crianças pequenas, que ainda não têm uma compreensão mais sofisticada dos acontecimentos, se viram em meio a um mundo adulto adaptado, improvisado e cheio de ansiedade e medo.

A suspensão das aulas presencias e o início do ensino remoto criou uma nova forma de educação improvisada ou pouco planejada. No mês de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19. Em decorrência deste cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação

emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais.

Em de maio de 2020 o Ministério da Educação (MEC) validou a proposta do Conselho Nacional de Educação (CNE, Parecer nº 5/2020), reorganizando o calendário escolar com a dispensa do cumprimento dos dias letivos e mantendo o cumprimento da carga horária mínima por meio de modalidades de ensino não presencial. O presente documento também complementa sobre as limitações e consequências causadas pela adoção necessária das medidas emergenciais ou da ausência delas:

"... dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar. (BRASIL, p. 3, parecer nº 5/2020, 2020a)."

Podemos observar que mesmo com uma solução, as consequências do período remoto estão presentes na nossa realidade, ainda mais evidenciadas mediante as fragilidades e desigualdades educacionais existentes em nosso país.

A Educação Infantil também precisou se adaptar e até se reinventar para atender às especificidades da infância. De acordo BRASIL, p. 9, parecer nº 5/2020, 2020a

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. Deste modo em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno. Nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, é muito difícil quantificar em horas as experiências que as criancas pequenas terão nas suas casas. Não existe uma métrica razoável capaz de mensurar estas atividades desenvolvidas pela família em termos de equivalência com horas letivas. E, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. Neste sentido, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.

De acordo com OLIVEIRA, NETO E OLIVEIRA (2020, p 353):

As famílias como responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, professores, interagindo, dialogando, sugerindo e fornecendo elementos que através de discussões e ampla comunicação com os seus pares promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades das crianças.

O relacionamento dos pais sempre foi percebido como benéfico para a educação das crianças. O período de afastamento presencial da escola exacerbou a importância dessa interação em prol do desenvolvimento dos alunos.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mutua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades... (PIAGET, 1972 Apud JARDIM, 2006, p.50).

Para CASTRO (2021), o contexto remoto para a infância não se trata de uma formalização do fazer pedagógico, e nem que pais e mãe se tornem professores, mas sim um espaço de encontros e reencontros que foram possibilitando às famílias o exercício de serem pais, além de perceberem a proposta pedagógica e os avanços de concepções na Educação Infantil, e é justamente, neste sentido que se fala do estabelecimento de uma nova sinergia nas relações. É valido ressaltar, que na infância além das particularidades de se experenciar para aprender, existe também a questão de que as crianças necessitam do auxílio dos pais para utilizar alguns recursos tecnológicos, configurando assim a necessidade de a participação ativa das famílias para os processos educativos ocorrerem.

Diante dessas considerações fundamentadas, mas também objeto de observação no dia a dia da educação infantil, este trabalho traz como propósito refletir e lançar discussões com o auxílio da literatura sobre o tema, a respeito dos efeitos do ensino remoto na educação infantil.

2- Fundamentação teórica

A infância é algo que está em construção permanente, sendo um período do ciclo vital que se apresenta de forma diferente nos diferentes períodos da história, ou seja, tem forte componente de construção social. Prova disse é que ela deixou de ser objeto apenas de cuidados maternos para ser um dos deveres públicos do governo, tendo em vista que durante muito tempo, a criança não foi considerada como um sujeito de direitos. Hoje, elas são consideradas indivíduos com identidade própria, verdadeiros cidadãos.

Historicamente, em seus primórdios, a Educação Infantil surgiu com o advento das

creches, que se caracterizavam como um refúgio assistencial para a população infantil. Esta faixa etária não foi devidamente assistida durante muito tempo.

Desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia. (ARIÈS, 1978, p. 26).

[...]

A criança era vista como um adulto de maneira reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. [...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. (ARIÈS, 1978, p. 11).

A infância não era vista como uma fase de fragilidade, tendo em vista que a criança tinha uma atenção especial somente no início da vida, e vista diferente do adulto apenas no tamanho e na força e o importante era que crescesse para enfrentar a vida adulta.

Segundo Guimarães (2017), "... o conceito de infância não é um fenômeno estático e universal, pois se relaciona ao contexto em que a criança está inserida, sem que com esse entendimento seja ignorado que crianças têm necessidades e características próprias."

A forma como o mundo adulto imaginou a particularidade do universo infantil até mais ou menos o século XVI ilustra um tipo de sentimento de infância baseado na ignorância acerca do mundo da criança e sublinha o conceito de infância como resultado de uma estrutura social, política e econômica. A ausência da compreensão da especificidade do tempo de ser criança explica, em boa parte, o atendimento precário às crianças; o descaso com o alto índice de mortalidade infantil devido ao perigo constante de óbito pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral e das crianças, em especial, em vários momentos da história. (GUIMARÃES, 2017, p. 83)

Desse modo a autora ainda ressalta: "Convém ainda destacar que a infância, como uma etapa de atenção particular com a criança, destacada do mundo adulto, longe do trabalho e educada nas escolas, atingiu primeiro as crianças das classes abastadas. É na Modernidade que acontece uma intensificação de novas ideias sobre a criança e a infância por meio de estudos que desenvolvem novos saberes e entendimentos a respeito de práticas sobre como educar e conhecer as crianças. Estes conhecimentos produzem outros modos de entender e atender a infância no âmbito familiar e institucional que foram marcando as práticas da assistência à infância de diferentes momentos históricos e em diferentes contextos." GUIMARÃES, 2017, p. 84

Kramer (2006) completa:

A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização a sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade. (p.14)

Segundo Bilória e Metzner (2013, p. 02): "A infância corresponde a um período especial, que requer atenção, onde a criança enfrentará vários desafios."

As autoras complementam segundo Thiessen e Beal (1998, p. 10) O período que a criança passa pela Educação Infantil, é muito importante para "a construção dos alicerces de sua afetividade, socialização e inteligência e, consequentemente, de seu desenvolvimento integral e harmônico". As autoras complementam que é nesse nível de ensino que a criança começa a trabalhar suas habilidades, hábitos, atitudes e atividades psicomotoras que vão preparando-a física e mentalmente num grau crescente, que deve ser aperfeiçoado à medida que a criança se desenvolve.

Algumas foram as tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no fim do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil. No contexto dessas tendências pode-se destacar: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada; a médico-higienista e a religiosa. A médico-higienista tinha a intenção de combater os altos índices de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. Na realidade, cada instituição "... apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas" (KUHLMANN Jr., 1998, p. 88, citado por FERREIRA).

A criação de instituições infantis surge com as mudanças econômicas e socias e também das lutas constantes das mulheres que já buscavam seu espaço no mercado de trabalho, saindo fora do ambiente doméstico para auxiliar nas despesas familiares.

De acordo com Paschoal e Machado (2009, p. 83):

Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Os autores Paschoal e Machado (2009, p. 82), ressaltam:

Com o avanço da industrialização e o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelo serviço das instituições de atendimento à infância. Segundo Haddad (1993), os movimentos feministas que partiram dos Estados Unidos tiveram papel crucial na revisão do significado das instituições de atendimento às crianças, porque as feministas mudaram seu enfoque, defendendo a ideia de que tanto as creches como as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica, resultando no aumento do número de instituições mantidas e geridas pelo poder público. Essas instituições ganharam enfoque diferente, passando a ser reivindicadas como um direito e era baseado no movimento da teoria da privação cultural, sendo essa teoria, defendida tanto nos Estados Unidos na década de sessenta como no Brasil já em meados de 1970, considerava que o atendimento à criança pequena fora do lar possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita.

Fica evidenciado que a valorização da educação infantil como fase importante no desenvolvimento das crianças, foi algo que demorou em acontecer em nosso país. Antes elas não tinham o valor que precisavam, e a infância passava despercebida em seu valor de formação do adulto.

De acordo com Oliveira (2020), uma educação infantil de qualidade possui um grande impacto no desenvolvimento das crianças, e influencia positivamente o desenvolvimento futuro de suas vidas. Ou seja, ela faz parte da formação desses futuros adultos. É direto das crianças o convívio no ambiente escolar, a socialização e interação.

Não parece haver discordância de que as experiências na primeira infância em ambiente escolar são de grande importância para o desenvolvimento da criança. Aprender a se relacionar, ter experiências compartilhadas, socializar, fazer descobertas, outras experiencias fazem parte do seu processo de crescimento e desenvolvimento social e pedagógico. O ambiente escolar, via de regra, é um ambiente propício para a criança desenvolver suas habilidades, capacidades cognitivas, psicomotoras e socioemocionais por meio de brincadeiras, interações, socialização e aprendizado. A escolarização e a socialização na educação infantil desempenham papel fundamental no desenvolvimento das crianças.

A Educação Infantil é a base para a construção de importantes aspectos da personalidade do indivíduo e de habilidades essenciais para sua vida em sociedade pois, quando a criança convive em espaços de socialização, ela é exposta a diversas situações de aprendizagem que lhe permitem desenvolver suas capacidades e construir a sua identidade por meio da interação com os adultos e com outras crianças. Esta etapa da vida escolar promove a socialização, a ludicidade, a construção da cidadania e de laços afetivos, proporcionando resultados significativos para a vida toda, sendo o contato inicial da criança com o mundo, externamente ao seu ambiente familiar. (ARAÚJO, 2020, p. 12)

Conforme aponta Costa e Souza (2019), desde a educação Infantil a criança começa a compreender que deve seguir uma rotina organizada, em meio às relações sociais que a cercam. Ela contribui para a aprendizagem pessoal, social e cultural dos indivíduos, na medida em que

possibilita, através da interação com os demais, experiências e descobertas significativas para a vida. Nesse sentido, a escola e a família se complementam e compartilham o papel de educadores. Quando uma dessas instituições não se faz presente de maneira efetiva na vida da criança, o seu processo de formação pode ficar prejudicado, comprometendo o seu desenvolvimento enquanto indivíduo integrante de uma sociedade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996, art.29) "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Ou seja, a socialização no ambiente doméstico, e também fora dela como nas escolas, contribui para a formação das crianças. A aprendizagem se faz pelo convívio social. A educação infantil tem papel importante no desenvolvimento humano e social.

Segundo Antunes (2010, p. 9), "a Educação Infantil é tudo; o resto, quase nada". Essa frase parece bastante verdadeira, pois é um período em que a criança está em constante ebulição de suas habilidades cognitivas, mentais, afetivas e psicomotoras, sendo, portanto, um período de muitas descobertas.

Ademais, segundo Fonseca (2018, p.41), "é consensual considerar-se que as crianças aprendem aquilo a que estão expostas, nomeadamente os modelos sociais que fazem parte da sua ecologia cultural". Evidencia-se, assim, a importância de uma pedagogia intencional para além do âmbito doméstico familiar, norteada por diretrizes amplamente debatidas pela sociedade. Neste sentido, o professor é o profissional que busca objetivos pedagógicos e atividades adequadas para a promoção do desenvolvimento da criança de maneira significativa. (PASQUALINI, 2009).

De acordo com Kramer (2006, p. 809):

Educação e pedagogia dizem respeito à formação cultural — o trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas quanto como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema, na produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus. Esta visão da pedagógica ajuda a pensar a creche e a escola com suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana.

Assim a escola tem papel fundamental no desenvolvimento das crianças, garantido para elas acesso e permanência das mesmas. Com o objetivo da troca de conhecimentos, experiências e relacionamentos sociais. Dessa forma, as instituições de ensino devem criar um ambiente saudável para as relações sociais e para o processo de ensino-aprendizagem.

3- Considerações finais

A pandemia ocasionada pela Covid-19 trouxe problemas no presente e, provavelmente, deixou sequelas para o futuro. O período em que as crianças ficaram sem aulas presenciais pode ter afetado seu processo de socialização e, também, a própria aprendizagem.

As incertezas causadas pela pandemia afetaram a toda população, mas as crianças por estarem no processo de desenvolvimento foram muito prejudicas e por isso necessitam mais atenção. Para elas o desenvolvimento emocional por estarem foram do ambiente escolar foram prejudicados. Pois nem todas as famílias tinham estrutura e preparo para lidar com as mesmas no seu ambiente familiar.

A importância da Educação Infantil se dá por ser o momento da vida em que a criança desenvolve suas habilidades, socialização, aprende a lidar com suas próprias emoções e à capacidade de se relacionar com o outro. Portanto período essencial para o desenvolvimento sadio do indivíduo. A pandemia evidenciou a importância dessa fase escolar e de se trabalhar necessidades de desenvolvimento humano.

Após esse período de isolamento, infelizmente o retorno presencial não voltou do mesmo jeito. Um trabalho em conjunto entre escola e família está sendo necessário para adaptar essa nova realidade dessa lacuna ocasionada pelo distanciamento social em nossas crianças. A nova rotina de ir para a escola, ter regras, conviver com outras crianças, dividir os brinquedos e atenção precisa ser realizada com muito afeto e acolhimento.

Assim, torna-se imprescindível, portanto, que as escolas se organizem para acolher as crianças. Isso inclui a preparação de estrutura, empatia, abertura para o novo. E também trabalhos sejam realizados por meio de reuniões ou palestras motivacionais para as famílias e comunidade escolar. Assim conforme discutido neste trabalho, a educação infantil, é importante para a socialização e desenvolvimento das crianças é um aspecto que deve ser considerado para o período pós pandemia. necessidade do estabelecimento de um plano educacional que considere tais perdas no período pós pandêmico.

4 - Referências

ARAÚJO, Idhone Oliveira et al. A Importância da Educação Infantil em Tempos de Pandemia. Repositório Institucional do Instituto Federal Goiano. Ipameri. 2020. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1477>. Acesso em: 05 maio. 2022.

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. Revista Fafibe On-Line — ano VI – n.6 — nov. 2013 — p. 1–7 Disponível em: https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013 185355.pdf Acesso em: 20 de junho 2022.

BRASIL. Parecer CNE/PC n° 05/2020. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 maio. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-reeb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 11 maio. 2022.

CASTRO, Mayara Alves de; ALVES, Maria Marly; CASTRO, Debora Dias de. Educação infantil e pandemia: família e escola em tempos de isolamento social. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021 Disponível em https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/

COSTA, Emanuelle Lourenço e SOUZA, Jane Rose Silva. Família e escola: as contribuições da participação dos responsáveis na educação infantil. Khóra: Revista Transdisciplinar, v. 6, n. 7, 2019.

FERREIRA, Eliane MARIA; SARAT, Magda. "Criança (s) e infância (s)": perspectivas da história da educação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. p. 234 - 252

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino aprendizagem: Abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2018.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./de z. 2017.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e/é fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006 797 Disponível

em

https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt

OLIVEIRA, Antônia Soares Silveira e; NETO, Augusto Brito Araújo; OLIVEIRA, Lygia Maria Silveira (2020). Processo Ensino Aprendizagem na Educação Infantil em tempos de pandemia e

isolamento.

Disponível em:

http://cienciacontemporanea.com/br/index/php/revista/article/view/32/20 Acesso em: 06 maio.

http://cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/32/29 Acesso em: 06 maio. 2022

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em file:///C:/Users/COL%C3%89GIO%20/Downloads/lcoutinho,+art05 33.pdf

PASQUALINI, Juliana Campregher. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. Psicologia em estudo, v. 14, n. 1, p. 31-40, 2009. PORTAL MEC. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

RODRIGUES, M.F. A importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento da criança. Revista Mosaico. 2017 Jul./Dez.; 08 (2): 30-38. Disponível em: file:///C:/Users/COL%C3%89GIO%20CNEC%20FAVENI/Downloads/1170-3579-1-PB%20(1).pdf Acesso em 04 maio 2022.de Pós-Graduação, 2019.